

## Capítulo 7

# IA 5.0: IGNORÂNCIA ARTIFICIAL, ATUAL, AMPLIADA, ACELERADA E AMORFA

Gustavo Silva Saldanha

### INTRODUÇÃO À IGNORÂNCIA ARTIFICIAL

A proposta deste ensaio, oriunda de duas frentes de projetos de pesquisa em filosofia, epistemologia e história da Ciência da Informação, tem como horizonte uma reflexão estruturada dentro da epistemologia histórica sobre o fenômeno da relação entre a pessoa (ser humano) e as tecnologias da linguagem registrada em uma dada plataforma ou continente. Poderíamos também dizer: entre pessoa e máquina; ou, ainda, entre pessoa, máquina e pessoa, dentro de um sistema de códigos de linguagem que permite sua comensurabilidade. Outra maneira de dizê-lo é: entre pessoa, povo e o documento, ou informação documental, como discutimos no vocabulário cibernético dentro do contexto do Círculo Iberoamericano de Ciência da Informação Documental, o Ciibercid. Parte-se, pois, de um lado, como pano

de fundo da argumentação, de um olhar epistemológico de e para Ciência da Informação a partir do modo como o campo é observado através do pensamento Miguel Ángel Rendón Rojas (1996, 1997, 1999), via a relação informação-documento, ou sua inseparabilidade como continente e conteúdo no contexto do campo. Por outro lado, a linguagem, centralmente uma filosofia da linguagem que responde pela história da Retórica como disciplina filosófico-epistemológica, como antevisto em Rafael Capurro (1992), ocupa outro lugar de pano de fundo desta discussão. Em outros termos, uma filosofia da linguagem de ordem hermenêutico-retórica sustenta a reflexão proposta e tem como origem, para esta argumentação, a questão da escrita como máquina de linguagem registrada a partir do diálogo Fedro de Platão (2000).

O projeto que originou este resultado em forma de ensaio intitula-se “Cartas filosófico-epistemológicas em Ciência da Informação: cartografias narrativas de teorias da informação do século XXI para ciência, sociedade e inovação”. A proposta do projeto buscava, até julho de 2025, realizar uma investigação teórica, conceitual e bibliográfica da filosofia da informação elaborada no campo da Ciência da Informação, ou seja, como uma filosofia sob o guarda-chuva do conceito “informação” se constituía, junto a um vasto conjunto de outros conceitos, como “documento”, “mensagem”, “registro do conhecimento”, “mediação”. A pesquisa visava compreender seu impacto aplicado nas esferas social, cultural e política da nossa realidade contemporânea por meio de suas revoluções sociotécnicas. A questão central de pesquisa que orientou o estudo fora: quais conceitualidades emanam da filosofia da informação produzida no campo da Ciência da Informação no século XXI, com vistas à transformação social e científica?

O desdobramento das “Cartas filosófico-epistemológicas em Ciência da Informação” apontara para o desenvolvimento das relações das macro-descrições cartográficas da epistemologia do campo informacional, em seu espaço-tempo, como realizado, por exemplo, em Capurro (1992) e Rendón Rojas (1997), até um olhar crítico, orientado pela e para a dialética periferia-centro. A partir desta última mirada, as abordagens de mapeamento epistemológico do século XXI em Ciência da Informação apontavam para os estudos decoloniais e antiepistemicidas de formação e de conformação do campo, revelando outros cenários, como o pensamento advindo de territórios como América Latina e África, atentos à crítica dos mecanismos de violência contra e de sequestro de epistemologias locais.

A atual proposta reflexiva se encontra neste elo entre os desdobramentos das “Cartografias” e aquilo que agora procuramos com o projeto “Confluências críticas da construção filosófico-epistemológica da Ciência da Informação através da organização do conhecimento: horizontes dialéticos via epistemologia histórica para os impactos socioculturais do pensamento informacional”. Aqui, abordamos as relações epistemológico-históricas sob as fundamentações dialético-praxiológicas que co-constituem a estrutura filosófico-epistemológica da Ciência da Informação junto aos construtos teóricos, metodológicos e aplicados, da organização do conhecimento, através da metalinguagem, orientados para as transformações sociopolíticas da realidade contemporânea.

O objetivo geral das “Confluências críticas” é constituir um quadro interpretativo das correlações da produção teórica que se emancipam sob estes macro-conceitos, Ciência da Informação e organização do conhecimento, no escopo da produção bibliográfica nacional e internacional. Aqui encontramos, no horizonte contemporâneo dos estudos críticos sobre a constituição e o desdobramento das fundamentações epistemológicas da

Ciência da Informação e a filosofia tecida a partir do campo e de suas fronteiras disciplinares, a reflexão conceitual sobre a “ignorância” perante o mundo dos “artefatos” em tempos de desenvolvimento, aperfeiçoamento e uso intensivo das ferramentas digitais de reprodução e de produção de documentos textuais, sonoros, visuais e audiovisuais, popularizadas sob a noção ampla e de difícil delineamento denominada “inteligência artificial”.

Para a reflexão, o conceito de “ignorância” se torna o foco, ainda que em diálogo com o discurso da “inteligência”, dada sua inseparabilidade na formação da própria filosofia da Ciência da Informação e no seu delineamento epistemológico. Por exemplo, os limites do conceito de “inteligência” no campo informacional recebem em Paul Otlet (1934) e em Maurizio Ferraris (2024) o exemplo da longa tradição de reflexão sobre os seus sentidos. Em ambos os exemplos, sob argumentos em contextos distintos, a questão da artificialidade é objeto de fundamentação: via o “documento”, técnica e inteligir do real estão vinculados. Em nossa reflexão, igualmente, a partir do lastro epistemológico-histórico da Ciência da Informação, encontramos a questão conceitual da “ignorância” como conceito relacional inseparável da relação com a noção de “inteligência” nos territórios de uma filosofia da ciência, seja esta de fundo metafísico, lógico-mentalista ou material.

## **IGNORÂNCIA, UM CONCEITO, UM MÉTODO, UM EXERCÍCIO**

A base inicial desta reflexão é o poeta brasileiro Manoel de Barros (2016), poeta das coisas ou do real material (das pessoas, das espécies vegetais, das fontes minerais, dos objetos). Poderíamos dizer, no vocabulário cibercidiano, um poeta da

informação documental. Tudo em Manoel de Barros se torna documento. Sua linguagem é o verbo em movimento, como a filosofia da Ciência da Informação elaborada por Vinícios Menezes (2015) nos aponta.

O conceito de “ignorância” aqui discutido advém da filosofia de Manoel de Barros, especificamente da obra “O livro das ignoranças”. O termo é por nós compreendido como fruto de uma teoria do conhecimento baseada na etimologia e na ortografia, ou seja, coloca-se de imediato como uma metateoria. Em português, “ignorãça” é um significante inexistente ou uma palavra de escrita incorreta, um erro ortográfico, uma “ignorância” por parte de quem redige, ou seja, de quem “não sabe escrever” em língua portuguesa.

Na filosofia expressa nos versos de Manoel de Barros (2016), o poeta apresenta uma “didática da invenção”, baseada não na criação de novos artefatos ou novas fontes artificiais, mas na criação de ideias agudas e infinitesimais sobre a matéria tal como ela existe, o mundo natural-artefactual, ou, em nosso olhar, toda artificialidade produzida pela linguagem como forma de criação do real. Por matéria aqui, ou aquilo que se diz “do artifício” (neste caso, da linguagem), entendemos todo o mundo materializado - nos termos Paul Otlet (1934) e Suzanne Briet (1951), documentado pela linguagem, ou um modelo de fundamentação filosófica do real via Retórica, como demonstrando em Capurro (1992) -, ou seja: pessoas, plantas, animais, pedras, objetos “materializados” pelo nome ou pelo gesto do nomear e seus usos. Também, podemos dizer, um mundo que questiona, como no pensamento de Vinícios Menezes (2018), através da filosofia da informação elaborada em Ciência da Informação, a realidade sem forma, sem conteúdo, sentido, ou a informação em sua condição estrutural, aquela da retirada da verdade do real, onde o prefixo “in” responde pela negação ou privação.

A “ignorância” é, portanto, um método de conhecimento. Este conceito está diretamente relacionado à história da escrita e às teorias da escrita, ou, em nossas palavras, nos diálogos epistemológico-históricos do Cibercid, à história e à teoria da informação documental ou do conhecimento, assim como este é registrado e transformado em matéria simbolizada para comunicação. Da matéria simbolizada, semente e fruto da linguagem, nasce e desenvolve-se um certo mundo, aquele criado pelo verbo em delírio, no sentido de Manoel de Barros (2016). A realidade é aqui não apenas mediada, mas constituída pela linguagem e pelas metalinguagens.

No sentido da fundamentação filosófica platônica sobre o conhecimento, centralmente via República (Platão, 2008), e sobre a crítica do filósofo grego sobre a linguagem como mediadora do conhecimento (Platão, 2002, 2000, 1963) a partir da voz de Sócrates, o conhecer é observado como reminiscência da realidade metafísica – ou aquém da natureza. Por outro lado, quando sustentada a posição da linguagem como fundamento do conhecer, sob uma filosofia da linguístico-pragmática (ou do verbo em movimento de co-criação do real), como presente na segunda fase do pensamento do filósofo Ludwig Wittgenstein (1979), é sob e sobre a linguagem que o mundo é tecido e, nesta correlação, funda-se um modo de conhecer e um conhecimento não separados da matéria, ou da realidade do artefato, ou, apenas, artificial. Os horizontes e os riscos deste afastamento de um real fundado tão somente na metafísica e, de outro, presente tão somente na materialidade (ou, como podemos pensar a partir do olhar otletiano, na documentação, ou, segundo a visão ferrarisiana, na documentalidade), conduzem-nos ao debate da “ignorância” e sua “artificialidade” no mundo contemporâneo.

## DA IGNORÂNCIA À IGNORÂNCIA ARTIFICIAL

Primeiramente, debate-se aqui o conceito de ignorância e sua importância. Reconhecida como objeto da filosofia, a ignorância representa um método estrutural. Entre Platão (2008) e o poeta brasileiro Manoel de Barros (2016), há um ponto de vista crível: a “ignorância” é fundamental para a compreensão (meditação, raciocínio, pensamento, discernimento, certeza, crítica). A inteligência depende da ignorância, ao menos para estabelecer a sua fronteira.

Como animais limitados, os seres humanos precisam de traçados no espaço e no tempo para o acontecimento de sua experiência material. Portanto, o conhecimento é limitado. Da filosofia às epistemologias contemporâneas, buscamos os limites do que é possível conhecer. Do pensamento socrático manifesto no olhar platônico em seu princípio do “saber que nada sabemos” no plano material, ou reconhecer a ignorância de que nada é conhecido via as aparências do mundo material, é fundamento do pensamento, do inteligir do real, da pré-compreensão da verdade.

Esta é a posição da teoria socrática da escrita discutida no diálogo Fedro de Platão (2000). Ela está também presente em Manoel de Barros (2016), entretanto, aqui, sob outras configurações, ainda que via verossimilhanças. No Sócrates do Fedro, o método da ignorância estrutura-se no princípio do conhecimento. O conhecimento precisa de limites. A ignorância é um princípio para compreender, duvidar, suspeitar e prevenir o risco de se afastar da verdade. Em Barros (2016), o inteligir do mundo depende das ignorâncias para (re)criação, através da linguagem, do mundo por nós vivenciado e potencialmente transformável.

A “ignorância artificial” da filosofia da informação, inserida no escopo da epistemologia histórica das teorias que conformam a

Ciência da Informação, como presente em Peignot (1802a,b) e Otlet (1934), sobre a linguagem e a metalinguagem registradas (via os sistemas bibliográficos ou sistemas documentários), manifesta a compreensão de um método do conhecimento (aqui, sinônimo de epistemologia). Essa ignorância artificial nos permite três pressupostos iniciais:

- a) O conhecimento tem um limite. A ignorância não;
- b) Não há diálogos entre máquinas (nem sistemas de informação-documental), pois o diálogo pressupõe dialética e contradições. As máquinas não sentem fome nem dor;
- c) Não há “inteligência artificial”, apenas uma ignorância (ou princípio de ação de inteligir, mental e material), esta, tal ignorância, artificial, atual, ampliada, acelerada e amorfa.

A seguir, procuramos discutir a ignorância artificial e o modo como ela se desenvolve nos planos de atualidade, da expansão, da aceleração e daquilo que é amorfo, ou destituído de forma ou caráter ou, ainda, quaisquer perspectivas éticas. Este caminho reflexivo, pois, coloca-nos perante o diálogo da verossimilhança, a princípio de distância, entre a “ignorância” como método em Sócrates via Platão (2000) e a “ignorância” como método linguístico-material em Manoel de Barros (2016), assim como nos recoloca diante da dialética da filosofia de Vinícios Menezes (2018) sobre o “informe”.

Tais questões estão no cerne da teoria da escrita no diálogo de Fedro de Platão (2000) sob interlocução de Sócrates. A partir do oráculo (pseudociência que “apresenta” verdades), o conhecimento viria a ser continuamente revelado, em estado de passado, presente e futuro. Este mesmo oráculo, em um contexto de conhecimento fundado na matéria, poderíamos hoje alcinhar de algo dito “artificial”. Do oráculo, as máquinas de linguagem nos trariam respostas chamadas, no plano da técnica em meio digital,

“generativas”, ou fruto de ferramentas sob plataforma numérica de reprodução, co-produção e de produção de documentos textuais, sonoros, visuais e audiovisuais. À arte do nascimento artificial (oracular), a teoria socrático-platônica da escrita opõe outro método: a dialética.

Na teoria socrático-platônica da escrita, no diálogo Fedro (Platão, 2000), duas questões ficam claras:

a) Nossas sociedades tornar-se-ão cada vez mais ignorantes (distantes de um método seguro do conhecer e, logo, afastadas da verdade), pois legarão à artificialidade sua capacidade de raciocinar, de compreender, de conhecer, de discernir;

b) Nossos cérebros atrofiar-se-ão, pois, como máquinas paralisadas no espaço-tempo, não produzirão mais energia. Da paralisia do raciocínio segue-se para a barbárie da negação da verdade ou ausência integral de limites éticos.

Pensemos a seguir na “artificialidade” em seu lugar no método do conhecimento a partir da “ignorância”.

## **DA IGNORÂNCIA ARTIFICIAL**

Na filosofia socrático-platônica (Platão, 2008, 2002, 2000, 1963), a reflexão epistemológica contra o mundo artificial é negativada. Tudo o que é resultado da matéria pode ser chamado de algo externo ou estranho ao mundo real. A realidade não pode ser encontrada nos efeitos materiais do mundo, como a escrita ou os sistemas documentários, sejam estes públicos ou privados. Menos ainda pode ocorrer essa configuração no mundo artificial; ou seja, considerar a matéria como objeto da filosofia é, pois, estabelecer a antifilosofia ou, simplesmente, a negação da verdade. Nos termos contemporâneos, este seria o agir intencional através da “desinformação”.

Ademais, considerar a matéria como parte do método, ou mesmo o próprio método de conhecer, representa um distanciamento em absoluto do conhecimento. Portanto, a escrita, os livros, o chamado “conhecimento registrado” ou apenas “documento” e os sistemas documentários, são, na filosofia socrática manifesta em Platão (2000, 2008), uma clara produção da ignorância, do não-saber.

A primeira teoria da escrita na filosofia ocidental conhecida desde a Grécia oriunda do Fedro sob a voz de Sócrates (Platão, 2000) é, portanto, uma teoria da negação da escrita, da negação do criador da palavra e da artificialidade que dela decorre: o livro. É também uma teoria contra a privatização do conhecimento. O sofista vende conhecimento ou, tão somente, linguagem, através de palavras manifestas na materialidade da oralidade ou da escrita; ele, o sofista, diríamos, é o “dono” das “plataformas de ensino”, sem o compromisso com a verdade.

Um mundo em que o conhecimento se confunde com a matéria resulta em um mundo eticamente perdido segundo esta teoria da escrita. Nesse mundo, fica claro que as pessoas podem confundir conhecimento com mensagens gravadas em algum dispositivo material, como um livro impresso em papel vegetal ou uma mensagem enviada em sistemas de empresas digitais presentes em nossa realidade atual, em 2025, como Facebook, Instagram, X, TikTok, Telegram e WhatsApp. De Platão (2008, 2002, 2000, 1963), principalmente via os diálogos Fedro, Sofista e República, ao neoplatonismo do século XX, com José Ortega y Gasset (2005), os riscos da ignorância artificial da escrita são rediscutidos. Na visão platônica, depositada nos livros, as palavras nada mais são do que conhecimento morto, hoje, presentes na epiderme verbal à superfície da cascata de números que a antecede, ou dígitos, ou estrutura digital que nos concede os efeitos de comensurabilidade

através de texto, som, imagem e imagem em movimento no século XXI, nossa ultra-atualidade.

## DA IGNORÂNCIA ATUAL

No plano filosófico, o conceito de “atualidade” é, ao mesmo tempo, oposto e contíguo ao conceito de “virtualidade”, de onde discute-se da virtude à ética, da ética à verdade. “Virtual” é aquilo que está em estado de “tornar-se”. “Atual” é aquilo que se tornou atual – incluindo, na leitura da Modernidade, a sua forma de materialidade (Abbagnano, 2007; Fontanier, 2007; Molinaro, 2000). Se o *devir* – o vir a ser, o tornar-se -, nas filosofias grega e latina, estava estruturalmente ligado ao mundo metafísico, a relação entre o virtual e o real na filosofia moderna adquiriu a relação contígua entre infraestrutura e estrutura, semente e fruto, projeção da matéria e realização da matéria, o pensar e o artificializar.

Na Ciência da Informação, essa condição, em termos da relação entre escrita e epistemologia (ou reflexão como conhecimento), resultou, a partir de Richard de Bury (2004), em seu *Philobiblon*, no século XIV, em 1345, em uma relação direta entre a escrita como lugar de ignorância artificial. Aqui, não se considera tal relação de ignorância como negativa, mas forma suplementar do conhecer. Os livros compõem os processos de ensino e de aprendizagem, ainda que não sejam o conhecimento, menos ainda o método *a priori* do conhecer.

O alerta do Fedro sobre o risco da relação entre “ignorância” e “artificialidade” é feito, como mencionado, na teoria socrática da escrita, porém ganhará uma configuração, a princípio, oposta, do *Philobiblon* para os dias atuais. Com a tipografia mecânica da prensa de Gutenberg no século XV, essa relação entrelaçada e inseparável entre conhecimento e

materialidade (a linguagem registrada ou escrita) tornou-se irreversível no contexto sociotécnico: a generalização do conhecimento pela linguagem e, mais ainda, pela linguagem registrada, ou linguagem-documento, adquiriu uma atualidade irreversível. Das primeiras impressões tipográficas às postagens em redes privadas digitais – popularizadas no século XXI como “redes sociais” –, o conhecimento (de seu plano metarreflexivo – uma ontologia em sua origem, a discussão do ser sobre o ser – ao plano pedagógico – às formas de ensinar a conhecer o mundo), tornou-se co-constituído de artefatos ou, risco extremo na denúncia socrática, o próprio artefato.

Quando chegamos ao Iluminismo, com o surgimento do primeiro volume da *Encyclopédie*, de Jean d'Alembert e Denis Diderot, em 1751, a própria epistemologia — o estudo do conhecimento, o estudo da verdade, o estudo do conhecimento da verdade — confundia-se com aquilo sobre o qual tal conhecimento havia sido escrito, bem como a descrição dos artefatos elaborados pelo ser humano, suas máquinas. O conhecimento ou a inteligência deixaram de ser virtuais, na Modernidade, quando se atualizaram na forma radical de escrita. Filósofos escreveram ou escrevem. E a escrita ocupa um lugar definitivo de prova epistêmica do ato. Verdade e matéria definitivamente não estavam mais separadas e esta atualidade funda-se na manifestação material (ou artificial) do conhecido. A ignorância artificial se fez fundamentalmente atual a partir das configurações do que chamamos Modernidade, consolidada no século XVIII. O periódico, a produção seriada dos resultados da ciência empírica, por exemplo, ocupa um dos lugares centrais no período, ou seja, a verdade depende agora para co-constituir-se como tal, verdade, do gesto de ser legitimada e validada via o documento da revista acadêmico-científica.

## DA IGNORÂNCIA AMPLIADA

A partir do século XV, com a produção industrial da palavra escrita e dos sistemas documentários, ou seja, da escrita sobre a escrita (hoje falamos em dados sobre dados, ou metadados), conforme mapeado no imenso léxico do dicionário de Gabriel Peignot (1802a,b), a massa de registros de conhecimento tornou-se entrópica. A cada ano, tornava-se mais incontrolável não só a produção de livros, como também a elaboração de descrição de tais livros, ou produção dos sistemas bibliográficos. Não ocasionalmente, o vocabulário peignotiano tem como um dos mais longos verbetes estes, os sistemas bibliográficos. A palavra-chave agora era excesso. A epistemologia e as metodologias da Ciência da Informação deram início a esforços monumentais para compreender esse fenômeno da multiplicidade de livros, como a vasta obra de Conrad Gesner, *Bibliotheca Universalis*, de 1545, o maior projeto de sistema de informação-documental da Modernidade, como demonstrando em Andre Araujo (2019).

Das teorias socrático-platônicas da escrita, incluindo o neoplatonismo de Jerônimo e Agostinho entre os séculos IV e V, à revolução tomista, isto é, de Tomás de Aquino, expressa em seu impacto na obra de Richard de Bury (2004) em 1345, a posição filosófica sobre os riscos do acesso irrestrito ao conhecimento registrado (isto é, à palavra escrita) em sua forma de ignorância artificial é muito clara: confundir a verdade com uma palavra e confundir a verdade com uma palavra escrita representa, nesses atos de confusão epistêmica, um risco não apenas para o conhecimento, como para a própria existência (não apenas a existência como significado metafísico, mas também a permanência da matéria, dos corpos, dos animais, das plantas). Observemos aqui, pois, o risco da barbárie, dos genocídios, a partir da circulação, por exemplo, de notícias falsas, de manifestos objetivamente orientados para o extermínio.

Acreditar que a verdade está sobre uma plataforma, vegetal ou animal ou digital, é aceitar que nós, pessoas, não somos seres pensantes, e ignorar que a verdade existe, aceitar que a única forma a existir é um enorme conjunto de fontes escritas, que outrora continham, e agora, em “acesso aberto”, “revelam”, a verdade, é assumir a barbárie – eis o velho argumento da teoria da escrita socrática no Fedro (Platão, 2000). Como coletivos imersos na produção e na reprodução intensa de conhecimento registrado, se acreditamos em qualquer produção artificial - uma mensagem, uma imagem, um vídeo – sem conhecimento prévio, sem discernimento, agimos, como robôs, para reproduzir, imitar, o falso ou o verdadeiro, incluindo a imitação do ódio, do assassinato, dos massacres.

Os riscos de uma ignorância artificial ampliada — em contextos de posicionamentos como “livros para todos”, “plataformas de conteúdo para todos”, “acesso aberto” — são denunciados na teoria clássica da escrita: primeiro, o conhecimento será confundido com a ignorância (invertendo o papel da ignorância como método do conhecimento); depois, a ignorância como único método de conhecimento (considerar o ignorar como o fundamento da verdade); e, finalmente, a ignorância como princípio do verdadeiro (isto é, o ilimitado, o tudo é válido, o tudo é verdadeiro porque está escrito aqui, no meu e no seu telefone móvel conectado às estruturas digitais).

A ampliação, no entanto, não é a negação do direito do conhecer. Apenas, a crítica da ausência dela, da crítica (ou da dialética), dos limites do conhecer em sua ampliação ilimitada, que conduz, como método, à impossibilidade de uma só definição, ao afastamento integral da verdade. Em outros termos, é a afirmação da ignorância como o único método. Soluções para o fenômeno, diríamos hoje, perante a ignorância artificial ampliada, estão em pauta, como a regulação das formas de produção e reprodução dos

registros do conhecimento em meio digital. De anti-democrática em sua potencial argumentação central, a possibilidade de uma ignorância artificial ampliada se torna a abertura para uma plena democracia, onde todas as pessoas têm acesso aos meios de produção e de reprodução do conhecimento registrado, todavia, desde que, e tão somente, através de um fundamento crítico sobre seus usos e os limites de seus métodos, a fundação de fronteiras que têm como princípio a arcaica assertiva de que o conhecimento é limitado, já a ignorância, ainda que necessária, esta não.

## DA IGNORÂNCIA ACELERADA

Não apenas ampliada tornou-se a relação entre conhecimento e matéria na Modernidade, ou uma ignorância artificial expandida ao imensurável, ou, ainda, em aceleração constante. A teoria socrática da escrita, revivida no século XX por José Ortega y Gasset (1935), na década de 1930, choca-nos imediatamente pelo seu potencial totalitário. Ali, prevê-se que a função de bibliotecários estava não apenas em filtrar conhecimentos registrados existentes, como também eliminar os livros inúteis. Nós, herdeiras da “cibernética” e do “pós-estruturalismo”, gostemos ou não, dependemos igualmente da escrita como parte integrante do conhecimento, bem como do acesso ilimitado ao conhecimento escrito para todas as pessoas como parte do pensar democrático.

Não por acaso, nas primeiras décadas do século passado, as condições de

- a) crença na revolução industrial tardia a qualquer preço (incluindo o massacre de seres vivos, como pessoas, espécimes vegetais e os chamados “animais irracionais”) e a velocidade (das máquinas, do

financiamento para criação de novas máquinas, do uso intensivo de tais novas máquinas);

- b) a ascensão do fascismo como parte das formas sumárias do terror modernista, reunindo o que, da escuridão do Iluminismo, agora era sintetizado na década de 1930: máquinas para o “benefício” do povo, máquinas feitas “pelo” e “para” o povo, pessoas em fábricas multiplicando máquinas, como robôs recriando robôs, dispositivos copiando dispositivos, para o extermínio do povo.

A cibernética, a cisão final entre conhecimento e ignorância artificial, ou melhor, ignorância como conhecimento na estrutura do mundo sensível, o abandono pela autoridade ou a ausência do filósofo ou do professor - segundo a teoria da escrita de Jacques Derrida (2009, 2008, 2004) que revisita o Fedro - mostra-nos o preço final indicado pela teoria socrática da escrita: da ignorância ampliada chegamos à ignorância acelerada, que multiplica a impossibilidade das margens de discernimento. Não basta ser ignorante; é preciso ser ignorante em todos os momentos do dia a partir do uso de ferramentas artificiais. A inteligência se confunde, pois, com o seu contrário, a incapacidade de entender e a pronta ação de mentir, de negar a possibilidade de verdade.

Redes capitalistas privadas de comunicação em meio digital via pessoa a pessoa, pessoa a grupo, grupo a pessoa, também ironicamente chamadas de “mídias sociais”, como Facebook, Instagram, X, TikTok, tornaram-se celas, ou, poderíamos dizer, potenciais “zonas de concentração” do pensamento que tomam a atenção diária das pessoas. Aqui, fascismo, máquina (técnica) e velocidade são conceitos inseparáveis no caso da escrita, remontando as dialéticas da ignorância artificial lançadas pelos dilemas éticos presentes no Fedro (Platão, 2000). Com as máquinas, produtoras intensivas de ignorância artificial, essa

relação se torna tóxica, violenta e letal. Sua aceleração multiplica a incapacidade de captura de um real discernido, que pretensamente possa ser objeto da crítica, elemento estável para uma análise, concretude para a observação e identificação de sua contradição. Abre-se horizonte, na ignorância artificial, atual, ampliada e acelerada, para o amorfo, o sem forma, o indiscernível, o horror em instância final.

## **IGNORÂNCIA AMORFA**

A expressão “zonas de concentração” acima mencionada remonta a um dos exemplos mais abjetos e criminosos da expressão máxima da ignorância, da negação da racionalidade (filosófica, científica, emocional) em sua verossimilhança com os “campos de concentração” do nazismo. Não de forma coincidente, a linguagem e a metalinguagem serão fundamentais para ascensão e a afirmação do governo nazista, como demonstram Arendt (2009, 2008) e Klemperer (2009).

O “campo de concentração” nazista representa, entre tantas barbaridades, o racismo, o ódio, a violência, o extermínio. Em outras palavras, encontramos aqui a distância absoluta de uma ideia de forma sustentada na ética, por exemplo, uma reflexão sobre o bem, ou, apenas, o “informe” (Menezes, 2018), ou, ainda, o amorfo. As redes privadas de comunicação em meio digital pessoa a pessoa, pessoa a grupo, grupo a pessoa, ou “redes sociais”, sistemas complexos de informação-documental via ignorância artificial, são tanto criadoras quanto criaturas do conhecimento amorfo.

Amorfo significa aquilo que se apresenta sem forma, desprovido de caráter, natureza ou organização que possa ser definida, ausente de conhecimento. Amorfo também é algo ou alguém sem personalidade própria, sem opinião, ou mesmo um

corpo opaco, não cristalino, algo oculto, falso, obscuro. Essas formas de ignorância artificial nos colocam em zonas de concentração onde proliferam o racismo, a violência e a projecção do extermínio de sociedades com crenças religiosas, línguas e valores morais diferentes daqueles professados por uma dada comunidade de afeto.

A escrita, e, hoje, a escrita no Facebook, no TikTok, no WhatsApp, no Instagram, no X ou no Telegram, representa apenas este conjunto de categorias? Não. Contudo, como não destacar e sublinhar os riscos de tal barbárie, como o fizera o Sócrates no Fedro (Platão, 2000) e Ortega y Gasset (1935)? Isso seria banalizar o mal, como nos alertou Hannah Arendt (2008).

O estado atual da escrita, do mundo da informação-documental, da escrita e seus sistemas documentários, coloca-nos diante do fenômeno de uma enorme forma de exercício de “concentração informe”, como o conceito de “informe” em Menezes (2018), um investimento ampliado e acelerado de espaço e tempo de nossa ação cognitiva (nosso intelecto, nosso desejo de conhecer) para propósitos indefinidos e eticamente inexistentes, dada a escassez de tempo e espaço para avaliar as causas e consequências de uma frase, um clique, uma imagem ou um vídeo compartilhados. Somos confrontados com telas controladas (como podemos dizer no vocabulário cibernético) por pequenos grupos interessados em lucro, não em conhecimento. A atividade de conhecer, talvez um produto da nossa estrutura cerebral, deslocou-se durante o Iluminismo para a extremidade anterior da nossa caixa craniana, e precipitou-se para o globo ocular: a epistemologia moderna só acredita no que vê, no que pode, materialmente (artificialmente), provar, testar e repetir.

A ultramodernidade (a soma das atuais realidades artificiais atuais, ampliadas, aceleradas e amorfas) transferiu a atividade de conhecer do globo ocular para a mão. Basta clicar, compartilhar,

replicar, repetir, repetir e repetir. Com um dedo desenrolando um écran infinito chamado Instagram e outro chamado Facebook ou X, ou WhatsApp ou Instagram ou Telegram, por exemplo, acreditamos estar criando e recriando conhecimento.

Estamos em um estágio de reflexão entre necroepisteme e epistemicídio a partir da ignorância artificial. Por um lado, passamos a perceber como as máquinas produzidas pelo “discurso racional”, incluindo a escrita, foram usadas para matar, para exterminar o conhecimento. Este é um dos projetos centrais da Modernidade, alicerçado na ética da Cristandade Latina e Anglo-Saxã via a colonialidade, das grandes navegações à Revolução Industrial, chegando à formalização da ética protestante (Weber, 2017). Por outro lado, temos certeza de que, portanto, um certo modelo artificial de produção de conhecimento baseado na linguagem e na metalinguagem é, antes de conhecimento, necroconhecimento estruturado, ao longo dos séculos da colonialidade (diratamente co-constituídos pelo poder de criação de mundos da linguagem registrada), como o que Achille Mbembe (2018) chama de necropolítica.

O amorfo, ou a ignorância amorfa, é uma raiz (senão a principal), da filosofia da informação, ou da retirada da forma, como o pensamento de Vinícios Menezes (2018) nos atenta. Trata-se, pois, de pensar o “informe”, que resulta na destituição de caráter, de ordem ou o mínimo plano de humanidade, de uma ética capaz de dialeticamente compreender a diferença entre o bem e o mau. A intencionalidade e a metodologia da produção algorítmica do saber em plataformas digitais parecem-nos, pois, avançar no caminho da ignorância artificial, atual, ampliada, acelerada e amorfa.

## DE VOLTA À IGNORÂNCIA: ARTIFÍCIOS DO BELO IGNORAR

Segundo Platão (2008, 2002, 2000, 1963), a ignorância como método está no cerne da maiêutica socrática. A arte de parir, metaforicamente, é a arte de suspender o tempo e o espaço (materiais, isto é, efeitos artificiais via linguagem). E então fazer perguntas. Fazer perguntas estruturais, como o quê, porquê, como, onde, quando... é uma fonte de conhecimento que parte daquilo que não sabemos, que ignoramos, a princípio ou por princípios.

Esta é a filosofia de Manoel de Barros (2016). É necessário retornar à ignorância como método contra a ignorância. Devemos deter e conter o fascismo que nos aproxima de uma completa ausência de reflexão sobre as possibilidades do conhecimento. A artificialidade do mundo criada pela linguagem contém o princípio da “beleza” (codinome do diálogo Fedro) que igualmente pode nos recolocar no caminho da ética da escrita, ou seja, da compreensão de que a maldade não reside na palavra, mas na sua intencionalidade e no seu uso para os fins da violência.

A beleza da ignorância artificial está em, justamente, nos trazer a suspensão do espaço-tempo para o posicionamento crítico e o discernimento do verdadeiro e do falso. Os ensinamentos da “ignorância” são, no Fedro de Platão (2000) assim como na poética de Manoel de Barros (2016), rotas metodológicas para nos alertar que:

a) a ignorância é um princípio de humildade epistêmica que nos lembra, socraticamente, a reconhecer que não sabemos, bem como representa a ética da prudência presente em tal humildade;

b) a ignorância é um artifício, em termos da poética de Manoel de Barros (2016), para abertura ao conhecimento do belo, daquilo que verdadeiramente está, no mundo material, a conhecer e a criar, para o sentido de uma reconexão com o espaço e com o

tempo, com a outra pessoa e a sua comunidade, e não de sua eliminação; a ignorância é artificial em sua condição metodológica, sendo, pois, um estratagema para compreendermos a maravilha das formas materiais do mundo.

As máquinas da ignorância artificial têm sido historicamente objeto de reflexão na filosofia, na epistemologia, nas teorias e nas práticas da Ciência da Informação, dado que pensar a formação do campo sem tais ferramentas seria retirar de uma *episteme* sua própria ontologia. Cabe a nós discuti-las, denunciá-las, repensá-las e transformá-las. Reconhecer, como na teoria socrática da escrita, o papel da ignorância material e seus riscos, e considerar a verdade antes, durante e depois das técnicas, é um percurso que se mantém em plena potência. Há, diante de nossos olhos fechados para o belo e de nossos dedos céleres sobre as telas, um projeto de zonas de concentração informacionais – ou seja, do “informe” que responde pela distância da verdade e da ética - que reabre o caminho ao fascismo. A inteligência não pode ser confundida com ignorância artificial, muito menos com a intencionalidade da violência por meio da dispersão, a eliminação total da nossa possibilidade de conhecer a verdade e buscar, através de tal conhecimento, a beleza, incluindo a beleza da artificialidade.

## AGRADECIMENTOS

Para Natalia Duque Cardona, Brayan Steven Bueno, Jaider Ochoa e a toda equipe da Universidad de Antioquia e da Colômbia pela organização do VII Ciibercid 2024; para Miguel Ángel Rendón Rojas pela criação e desenvolvimento de nosso coletivo científico e aos colegas investigadores do Ciibercid, por todos os anos de diálogo, de discussão e de produção compartilhada de conhecimento.

## FINANCIAMENTO

A pesquisa foi desenvolvida a partir do fomento do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARAUJO, Andre Vieira de Freitas. De indicibus librorum e a arte de indicialização em Conrad Gesner (Parte II): ilustração e aplicação. **Em Questão**, [s./l.], v. 25, p. 137-158, 2019.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2009.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2008.

BARROS, Manoel de. **O livro das ignoranças**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

BURY, Richard de. **Philobiblon**: mui interessante tratado sobre o amor aos livros. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

CAPURRO, R. What is Information Science for? a philosophical reflection. *In*: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). *Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives*. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE FOR THE CELEBRATION OF 20TH ANNIVERSARY OF THE DEPARTMENT OF INFORMATION STUDIES, UNIVERSITY

- OF TAMPERE, FINLAND.1991. **Proceedings...** London, Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p. 82-96.
- DERRIDA, Jacques. **A Escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- DERRIDA, Jacques. **Papel-máquina**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- FERRARIS, Maurizio. Intelligence as a human life form. **Journal of Responsible Technology**, [s.l.], v. 18, p. 1-5, jun 2024.
- FONTANIER, Jean-Michel. **Vocabulário latino da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- KLEMPERER, Victor. **LTI: a linguagem do terceiro reich**. Rio de Janeiro : Contraponto, 2009.
- MENEZES, Vinícios Souza. A mulher como informe: uma maculatura desclassificada na tipografia do informar. **Liinc em Revista**, [s.l.], v. 14, p. 136-151, 2018.
- MENEZES, Vinícios Souza de. Informação, um excuro crítico-filológico. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 20, n. 1, p. 3-18, jan./mar. 2015.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MOLINARO, Aniceto. **Léxico da metafísica**. São Paulo: Paulus, 2000.
- ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Brasília: Briquet de Lemos, 2005.
- OTLET, Paul. **Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique**. Bruxelas: Editiones Mundaneum, 1934.
- PEIGNOT, Gabriel. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**, tomo I. Paris: Chez Villier, 1802a.

PEIGNOT, Gabriel. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**, tomo II. Paris: Chez Villier, 1802b.

PLATÃO. **A República**. 11. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

PLATÃO. **Diálogos**: Protágoras, Górgias, Fedão. 2.ed. revis. Belém: Editora Universitária UFPA, 2002.

PLATÃO. **Fedro ou Da Beleza**. Lisboa: Guimarães Editores, 2000.

PLATÃO. **Crátilo**: diálogo sobre a justiça dos nomes. Lisboa: Sá da Costa, 1963.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Un Análisis filosófico de la Bibliotecología. **Investigación Bibliotecológica**, [s.l.], v. 10, n. 20, p. 9-15, jan./jun. 1996.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. **Bases teóricas y filosóficas de la bibliotecología**. México (D.F.): Universidade Nacional Autónoma de México, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 1997.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Cuestiones epistemológicas de la ciencia bibliotecológica y la información. **INFORMARE**: cad. prog. pós-grad. ci. inf., Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 31-37, jul./dez. 1999.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

Como citar:

SALDANHA, Gustavo Silva. IA 5.0: Ignorância artificial, atual, ampliada, acelerada e amorfa. In: SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **A Ciência da Informação documental no espaço ibero-americano**: abordagens contemporâneas e perspectivas. Brasília: Editora Ibict, 2025. p. 141-164. DOI: <https://doi.org/10.22477/9788570132345.cap7>